FUMICULTURA NO BRASIL: FUTURO INCERTO

Amadeu A. Bonato
Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - DESER

Notícias recentes dão conta de uma forte queda nas exportações de fumo brasileiro.

A Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) coloca a causa desta situação na redução mundial do consumo (queda de 2 bilhões de unidades entre 2012 e 2013) e no crescimento do uso do cigarro eletrônico. E propõe a redução de 12% na área de produção do fumo Virgínia e de 22%, do fumo Burley, com o objetivo de segurar o preço pago aos produtores.

O Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco) vê problemas na valorização do real, o que desestimula as exportações brasileiras, e no aumento da produção de fumo em países africanos (Zimbábue produziu 50 mil toneladas a mais, em 2014), onde o custo da mão-de-obra dos agricultores produtores é menor que no Brasil.

É bom olhar com certo cuidado estas informações e análises, exatamente porque a região Sul do Brasil, que é responsável pela produção de 97% do fumo brasileiro, está iniciando neste momento a sua safra.

EXPORTAÇÕES

De fato, houve uma queda significativa das exportações, se comparado o primeiro semestre de 2014 com o primeiro semestre de 2013, tanto no volume como no valor exportado em fumo. As quedas foram de 35,6% no volume e de 35,0% no valor.

No primeiro semestre de 2013, foram exportadas 263,75 mil toneladas contra 169,96 mil no mesmo período de 2014. Os valores obtidos com as exportações, em cada primeiro semestre, foram de US$ 1,3 bilhão, em 2013, e de US$ 852 milhões, em 2014.

É preciso lembrar que também entre o primeiro semestre de 2013 e o de 2012 houve uma queda de 1,6% no volume de fumo exportado. Considerando-se os totais de cada ano, houve uma queda de 1,7% no volume exportado (637,8 mil toneladas para 627,2 mil toneladas). Mas a indústria não levou muito em consideração esta redução, porque os valores recebidos foram 0,5% a mais, rendendo US$ 3,27 bilhões, em 2013.

Haverá mesmo queda significativa nas exportações de fumo brasileiro no ano de 2014? Com toda certeza, sim. Na proporção da queda ocorrida no primeiro semestre? Ainda é difícil de fazer esta afirmação. Duas questões possibilitam levantar esta dúvida.

A primeira questão é que as exportações de fumo realizadas no segundo semestre sempre são maiores que as que ocorrem na segunda metade do ano. O segundo semestre exportou, em 2012, um volume 38% maior que o do primeiro semestre. Em 2013, o volume exportado no segundo semestre foi 37,8% maior que no primeiro. Precisamos aguardar qual será comportamento do segundo semestre de 2014 no volume de fumo a ser exportado. Mas dificilmente recuperará as perdas do início deste ano.

As quedas no consumo de importantes países importadores, com o consequente aumento nos estoques mundiais podem apontar para uma situação efetivamente estrutural para a realidade da fumicultura brasileira. E esta realidade é a da permanente queda nas exportações e, como 87% do fumo brasileiro é exportado, também a realidade da permanente queda na produção nacional. As oscilações no tamanho da queda ficam por conta da disputa pelos mercados internacionais entre os principais países produtores e exportações e nas estratégias que serão elaboradas e implementadas pelas indústrias (todas transnacionais) para se posicionar diante dessa realidade.

A segunda questão é menos técnica é mais política. Até que ponto as empresas exportadoras de fumo não estão "fabricando" um cenário negativo? Uma queda significativa nas exportações com toda certeza forçaria, por um lado, uma redução nos preços do fumo pagos aos produtores. E, por outro lado, pressionaria o governo em relação à política de câmbio e antecipar recursos de crédito rural para a comercialização, como já ocorreu em ano anteriores em que a crise nas exportações de fumo foi ainda pior.

UMA VISÃO MAIS DETALHADA DAS EXPORTAÇÕES DO FUMO BRASILEIRO

Além de um olhar sobre o total das exportações do fumo brasileiro, é importante observar também os detalhes dos diversos tipos de fumo que são exportados.

Dos 18 tipos de fumo exportados pelo Brasil, segundo a NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul para identificar os produtos exportados, três são os que merecem destaque, em função do volume exportado, segundo os dados do ano de 2013: o fumo Virgínia não manufaturado total ou parcialmente destalado, que respondeu por 60,4% do total exportado; o fumo Burley não manufaturado total ou parcialmente destalado, que respondeu por 8,7% do total; e os "desperdícios de fumo", responsável por 26% do fumo exportado (embora, em termos de valor, este tivesse representado apenas 3% do total).

Porém, enquanto a queda nas exportações, comparando-se o primeiro semestre de 2014 com o mesmo período de 2013, do Virgínia e dos desperdícios de fumo fica em torno dos 36,5%, ficando dentro da média da queda total, isso não ocorre com o Burley. A queda nas exportações do Burley entre os mesmos períodos de 2014 e 2013 foi de 41%, inclusive com perda redução maior no valor, que caiu 43%.

Há que se observar ainda o seguinte: se o volume exportado do Virgínia é sempre maior no segundo semestre, com o Burley ocorre o contrário. Tradicionalmente, o primeiro semestre exporta mais que o dobro do volume em relação ao segundo semestre. Ou seja, se houver alguma recuperação nas exportações, o responsável será o Virgínia. Já há algum tempo falava-se que estaria havendo uma transferência da produção do Burley do Brasil para o Malauí. Isso estaria se consumando?

Independente disso, com esse fato cai totalmente por terra os falaciosos argumentos das indústrias de que a proibição dos aditivos (e, particularmente, do açúcar) pelo Brasil afetaria em cheio os agricultores produtores do fumo Burley. A proibição dos aditivos ainda não está em vigor, o uso do açúcar ficou totalmente liberado e os produtores de Burley serão afetados e, aparentemente, de forma dramática.

AS CONTRADIÇÕES E IRONIAS DO SINDITABACO E DA AFUBRA

É necessário, nesse momento e diante dessa realidade, recordar do que foi a V Conferência das Partes da CQCT – Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (COP 5), realizada em Seul (Coréia do Sul), em novembro de 2012. No processo de preparação da Conferência, houve um documento do Secretariado da COP, que propunha a deliberação pela redução da área de produção de tabaco. O governo brasileiro e todas as entidades representativas e de apoio à agricultura familiar se posicionaram contra essa proposta em função de uma discordância de estratégia na implementação da Convenção Quadro e na sua relação de consequências junto aos agricultores, defendendo-se uma estratégia de apoio a programas de diversificação.

Mas, as indústrias, o Sinditabaco, a Afubra e outras entidades que se posicionam com a mesma lógica foram radicalmente contra e criaram um ambiente de pânico, sob o argumento que defender a redução de área afetaria diretamente os agricultores produtores que seriam excluídos do processo produtivo e deixados à mercê da própria sorte.

A proposta sequer foi considerada no debate daquela COP e o rumo do debate avançou por outros caminhos.

Ironicamente, o que acontece nesse momento: a Afubra passa a defender publicamente uma política agressiva de redução da área plantada de fumo. Propõe que haja uma redução de 12% na área de produção do Virginia e de 22% na área de produção do Burley. Que entidade é essa que se diz defensora dos produtores de fumo?

Segundo os dados do IBGE para 2012, a produtividade média do fumo por hectare, na região Sul, é de 2.020 quilos, sendo que para a produtividade do Burley é um pouco menor, girando em torno de 1.700 kg/ha. Ao propor esse percentual de redução de área plantada, sob o argumento de preservação do preço do fumo, a Afubra está propondo uma redução de 101.800 toneladas na produção desta próxima safra. Pela média de produção das 160 mil famílias produtoras, isso representaria uma redução automática de 13% das famílias produtoras. Ou seja, a Afubra está propondo a exclusão de 21.200 família da produção de fumo.

Já o Sinditabaco é um pouco mais irônico. Ao colocar a causa da redução das exportações no aumento da produção dos países africanos, particularmente no Zimbábue, afirma que o motivo é a baixa remuneração da mão-de-obra naquele país. Para Iro Schünke, dirigente do Sinditabaco, "*no Zimbábue, o preço médio pago ao produtor está na faixa de US$ 3,17 por quilo. Já no Brasil, a variedade Virgínia, que representa cerca de 85% da produção local, custa cerca de US$ 3,55 para a indústria pelo câmbio atual*" (Valor Econômico, 28/07/2014).

Ou seja, comparado com o Zimbábue, o Brasil paga aos produtores de fumo a vultosa quantia de US$ 0,38 a mais, o equivalente R$ 0,80 a mais por quilo. Além do ridículo comparativo, como se o agricultor brasileiro fosse um milionário, está clara a estratégia que será montada pelas indústrias: uma das formas fundamentais de continuar a competitividade internacional do fumo brasileiro é a redução do preço pago ao produtor.

Ou seja, de um lado, a Afubra defende a exclusão de produtores e, de outro lado, a indústria defende a redução da remuneração dos agricultores.

E se as duas coisas acontecerem? Qual será a atitude do governo, que é obrigado, por força de lei, a apresentar “alternativas economicamente viáveis” aos agricultores atingidos pela redução do consumo e da produção?, segundo o artigo 17 da Convenção-Quadro.

Além de muito atentos ao que pode ocorrer nessa próxima safra, é preciso prestar muita atenção – governo e sociedade civil – no acompanhamento dessa realidade e, sobretudo, na execução de medidas urgentes que estejam à disposição das famílias de agricultores que porventura sejam atingidas. A simples exclusão e a sorte do destino não podem ser a única alternativa.

Curitiba, 31 de julho de 2014